Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.07,2024
ISSN 2178-6925

EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO ESPECIAL

PHYSICAL EDUCATION AND SPECIAL EDUCATION

José de Araújo

Pós-graduado, Faculdade Uni Vitória, Brasil

E-mail: jhose.araujo63@icloud.com

Resumo: Este artigo destaca a importância da educação especial na educação física. O papel da escola é incluir os alunos com deficiência no ambiente escolar e transformar esse momento educativo em um momento alegre de respeito interpessoal e solidariedade. O papel do professor é garantir essa inclusão significativa. Identificar as dificuldades encontradas para a inclusão no ambiente escolar, identificar algumas das barreiras que precisam ser enfrentadas, como a acessibilidade necessária para a inclusão no ambiente escolar, e entender quais ações podem possibilitar a inclusão de crianças com necessidades especiais no cotidiano escolar vida. O papel do educador físico é adaptar os alunos com deficiência ao seu mundo na sala de aula real.

Palavras-chave: Aluno, Deficiente, Acessibilidade, Escola, Inclusão.

Abstract: This article highlights the importance of special education in physical education. The role of the school is to include students with disabilities in the school environment and transform this educational moment into a joyful moment of interpersonal respect and solidarity. The role of the teacher is to ensure this meaningful inclusion. Identify the difficulties encountered for inclusion in the school environment, identify some of the barriers that need to be addressed, such as the accessibility necessary for inclusion in the school environment, and understand what actions can enable the inclusion of children with special needs in everyday school life. The role of the physical educator is to adapt students with disabilities to their world in the real classroom.

Keywords: Student, Disabled, Accessibility, School, Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A legislação é um meio importante para proteger os direitos das pessoas com deficiência e também contribui para a luta contra a discriminação, para que os alunos com necessidades especiais possam integrar-se naturalmente nas escolas e ser respeitados e aceites pelos outros alunos. Por isso, algumas atividades lúdicas contribuem muito para o processo. Portanto, este estudo mostrará que as atividades lúdicas são uma oportunidade para incorporar o veículo dos jogos nas brincadeiras em sala de aula e até mesmo nas interações sociais nas aulas de educação física.

Este estudo baseia-se nas definições contidas na Lei de Diretrizes e Fundamentos Educacionais Nacionais (LDBEN) de 20 de dezembro de 1996, que orienta como os alunos com necessidades especiais devem ser incluídos no currículo do ensino regular. No que diz respeito à questão da jogabilidade, autores como Johan Huizinga (1971), Chateau (1987) e Nhary (2006) contribuíram significativamente para este trabalho.

Em algumas instituições de ensino não possuem estruturas suficientes e, além disso, poucos profissionais da área esportiva estão preparados para este novo momento da educação brasileira, por isso é necessário ter um conhecimento das práticas pedagógicas no esporte que trarão a educação especial para uma nova realidade. Os objetivos ilustram as dificuldades encontradas pelos ambientes escolares, pelos professores e pela inclusão, identificando algumas das questões que precisam de ser abordadas para a inclusão escolar e compreendendo ações que permitam às crianças com deficiência participar na vida escolar quotidiana.

As ações utilizadas neste trabalho são práticas do dia a dia, incluindo observação e estudo de literatura. Por meio deste estudo é possível identificar, avaliar e compreender a importância da inclusão escolar para a sociedade, especialmente às pessoas com deficiência, e a contribuição das adaptações realizadas pelos professores de educação física. Inclusão escolar significa que todos os alunos estão envolvidos em atividades escolares onde seu direito de participar do planejamento escolar diário, especialmente da educação física, pode ser restringido de acordo com suas habilidades, e nada disso será motivo para tratá-los de forma diferente de exclusão das aulas. Em alguns casos questionamos a necessidade de compreender o processo de inclusão nas escolas, como na lei, e a exclusão das minorias dos

estratos sociais contra este processo. O educador físico precisa contribuir para que a escola seja um espaço de aprendizagem para todos os alunos, tirando dúvidas sobre o currículo escolar, os processos de avaliação, os momentos de treino, o planejamento, as relações construídas no dia a dia, o apoio que precisamos para cuidar de cada aluno Parcerias necessárias e políticas públicas que apoiam o acesso e a persistência fornecer excelentes serviços a todos os alunos. Fazemos isso com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino dos alunos e, em uma instituição com política pública de educação, é preciso que haja reconhecimento das contribuições de quem vivencia a realidade de trazer as questões que os alunos trazem para o ambiente de sala de aula: os educadores.

Inspirados pela experiência americana na Europa e na América do Norte, alguns brasileiros começaram a organizar serviços para cuidar de cegos, surdos, deficientes mentais e físicos no século XIX. Mazzotta (2003) mencionou que a inclusão da "educação para deficientes", "educação especial" ou "educação especial" na política educacional brasileira só ocorreu no final da década de 1950 e início da década de 1960. É muito tarde. Mazzotta (2003) observa que há outros registros de ações no Segundo Império voltadas para a assistência pedagógica ou de ensino médico às pessoas com deficiência. Em 1874, o Hospital Estadual de Salvador, na Bahia (hoje Hospital Giuliano Moreira), passou a atender deficientes mentais. Isto é assistência médica e não assistência educacional.

Segundo Mantoan (1997), os desafios são muitos e qualquer tentativa de oferecer educação especializada aos alunos depende da superação das condições que atualmente estruturam a escolarização das pessoas com deficiência. Do final da década de 1950 até os dias atuais, a educação especial tem sido vista como uma parte impopular da política educacional brasileira e é frequentemente vista como uma ajuda para pessoas com deficiência, em vez de uma educação para alunos com deficiência. (Méndez, 2006).

2 DESENVOLVIMENTO

O acesso requer uma escola inclusiva, onde todos os alunos, independentemente das dificuldades, tenham os meios oportunidades para maximizar o seu direito de participar na educação de acordo com as suas próprias forças, e onde ninguém seja a causa da diferença. Sendo excluído do seu grupo. Isto envia a mensagem de que é importante para nós compreendermos o processo de integração escolar devido aos problemas relatados por grupos minoritários marginalizados no processo de exclusão.

Portanto, como professores, devemos estar envolvidos em fazer daescola um lo cal de aprendizagem para todos os alunos, desestruturando o currículo escolar, os métodos de avaliação, o tempo de ensino, a preparação, construindo relacionamentos na vida diária da e políticas públicas que promovam oacesso, a retenção e a educação de qualidad e para todos os alunos.

Na opinião de Ferreira, a promoção da educação inclusiva traz novos recursos e novas perspectivas ao trabalho existente que precisa de ser desenvolvido. Contudo, professores com todas as competências e experiência são, sem dúvida, o principal recurso com que a educação inclusiva pode contar (FERREIRA, 2006). Para promover e concretizar a educação inclusiva, muitas vezes precisamos de encontrar mais pessoas com experiências profissionais diferentes, ou encontrar recursos novos e diferentes. Isto é também um meio de refletir sobre estratégias, trabalho colaborativo e reexaminar práticas e equipas de ensino e os recursos que a escola dispõe. Precisamos de professores de educação física comprometidos, que sigam práticas e teorias de treinamento comuns e que compreendam e desenvolvam os alunos com deficiência e as pratiquem para alcançar o sucesso, ou seja, para atingir o limite superior de suas habilidades.

Gonçalves (2005) mencionou que 24 milhões de pessoas no Brasil sofrem de algum tipo de deficiência e que deve ser considerado um problema social de interesse de todos. Em diferentes momentos da história da humanidade, as pessoas encararam a deficiência de forma diferente. Existem muitas explicações para esta deficiência. Segundo Cavalcante (2005), na maioria das escolas brasileiras, as crianças com

necessidades educacionais especiais não acontecem da maneira que realmente deveriam. O referido autor mencionou que, talvez por falta de informação ou mesmo por negligência de muitos pais, educadores e autoridades públicas, muitas crianças ainda vivem isoladas em instituições especializadas, privadas da oportunidade de interagir com outras crianças nas escolas regulares.

As crianças com deficiência terão muitas oportunidades de desenvolver todo o seu potencial na convivência em escolas regulares e, além disso, outras crianças aprenderão a conviver com colegas que necessitam do seu apoio e compreensão. Haverá uma troca de aprendizado para todos. Como ele mencionou: A principal razão pela qual estão na escola é que lá encontrarão um espaço verdadeiramente democrático onde partilharão conhecimentos e experiências com diferentes pessoas, independentemente da sua altura, cor, cabelo, corpo e mente. É por isso que qualquer pessoa que viva uma vida inclusiva sabe que está a participar em algo revolucionário. (CAVALCANTE, 2005, p. 40).

É importante que o professor de educação física saiba utilizar esses materiais e esteja capacitado para esse fim. Os alunos deverão receber algumas orientações relativas à mobilidade, comunicação e acessibilidade. Por exemplo, é necessário colocar uma cerca no chão, embaixo do extintor, e caso a escola possua escadas, também devem ser instalados corrimãos nas escadas. A educação inclusiva acolhe todos, sem exceção. Aplica-se a alunos com deficiência física, alunos com deficiência mental, alunos sobredotados, todos os grupos minoritários e crianças que sejam discriminadas por quaisquer outros motivos. Os espaços escolares devem ser organizados de forma que a educação seja acessível a todos os alunos.

A LDB n° 9394/96 possui um capítulo dedicado à educação especial, afirmando em seu artigo 58 que a educação especial é uma modalidade destinada a pessoas com necessidades educacionais especiais que deve ser oferecida, preferencialmente, nas escolas regulares.

No Brasil, a educação inclusiva ainda é uma questão de desenvolvimento e as universidades podem contribuir para esse processo.

A ciência torna-se, portanto, importante para a sociedade brasileira encontrar formas de contribuir, de forma direcionada e planejada, para a superação da deficiente Educação Especial que vai contra os princípios da inclusão social e da cidadania plena. Por outro lado, a tomada de decisões políticas também precisa de dar

prioridade às bases de poder fornecidas pela investigação científica sobre a inclusão escolar. (MENDES, 2006).

No Brasil, existem processos que geram dados que permitem financiar o monitoramento de políticas públicas de educação, incluindo a ideia de inclusão, na formação de professores (educação geral e especial) e Estratégias de ensino inclusivo podem ser adaptadas à realidade brasileira. (ZANELLA, 2006).

No entanto, a mudança ainda exige o uso da força em termos de recursos humanos, de condições de trabalho, como acontece na presença de trabalhadores cientificamente preparados, para determinar a armadilha de conceitos e processos incompletos e disfuncionais. uma oportunidade de mudar a realidade da Educação Especial no país. (ZANELLA, 2006).

A universidade como instituição formadora, além de criar conhecimento, também é responsável pela formação de recursos humanos relevantes, tanto nos cursos de formação inicial como na formação continuada, este é um grande desafio do sistema de ensino superior brasileiro. (MENDES, 2006).

Portanto, o futuro da educação inclusiva no nosso país dependerá

um esforço comum que exige a consideração da situação dos investigadores, dos políticos, dos prestadores de serviços, dos familiares e das pessoas com deficiência, com vista ao objetivo comum de garantir uma educação de melhor qualidade para todos. (MENDES, 2006).

A partir de 1981 foi declarado o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, hoje é considerado o embrião da educação inclusiva, e em 1983-1992 foi instituída a década das pessoas com deficiência nas Nações Unidas.

Desde então, tem sido objeto de discussões internacionais; por exemplo, em 1994, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade foi realizada em Salamanca, Espanha. Assim nasceu a Declaração de Princípios, Políticas e Práticas de Salamanca. na Educação Especial, estabelecendo a urgência de práticas educativas que possam reconhecer as diferenças, promover a aprendizagem e atender às necessidades de cada criança. Reúne delegados de 92 governos e 25 organizações não governamentais (ONG). O seu principal objetivo é promover a aplicação de abordagens de Educação Especial na política escolar inclusiva.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUA HISTÓRIA NO BRASIL

Inspirados pela experiência americana na Europa e na América do Norte, alguns brasileiros começaram a organizar serviços para cuidar de cegos, surdos, deficientes mentais e físicos no século XIX. Mazzotta (2003) mencionou que a inclusão da “educação para deficientes”, “educação especial” ou “educação especial” na política educacional brasileira só ocorreu no final da década de 1950 e início da década de 1960. É muito tarde. Mazzotta (2003) observa que há outros registros de ações no Segundo Império voltadas para a assistência pedagógica ou de ensino médico às pessoas com deficiência. Em 1874, o Hospital Estadual de Salvador, na Bahia (hoje Hospital Giuliano Moreira), passou a atender deficientes mentais. Isto é assistência médica e não assistência educacional.

No que diz respeito às instituições de ensino regular, em 1950 existiam 40 instituições mantidas pelo poder público, sendo uma agência federal e as outras estaduais, que prestavam algum tipo de assistência educacional especial aos deficientes mentais. (Mazzotta, 2003). Ao mesmo tempo, três instituições especializadas (uma estatal e duas privadas) prestam serviços a pessoas com deficiência mental, e outras oito (três estatais e cinco privadas) dedicam-se à educação de outros tipos de pessoas com deficiência. Destacam-se onze instituições especializadas: Colégio dos Santos Anjos em Santa Catarina, Joinville, instituição privada de ensino formal fundada em 1909 para prestar serviços a pessoas com deficiência intelectual. Há também a Escola Especial Ulisses Pernambucano, fundada em 1941, especializada na matrícula de deficientes mentais; o Instituto Pestalozzi, privado, foi criado em Canoas, no Rio Grande do Sul, em 1926, especializado no estudo de deficientes mentais Grupo; A Escola Paula Soares, Porto Grigori, é uma instituição formal estatal criada em 1927 para prestar serviços a pessoas com deficiência intelectual.

Em 1940, a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais criou a Granja-Escola), que oferece experiência em atividades rurais, artesanato, oficinas e cursos para formação de profissionais. O Instituto Santa Terezinha, em Campinas, Brasil, também começou a oferecer tratamento de melhor qualidade para pacientes com deficiência auditiva, mas mudou-se para São Paulo em 1933. (Mazzotta, 2003). Em 1928, foi fundado em São Paulo o Instituto de Cegos “Padre Chico”, Em 1990, passou a se chamar

"Fundação Dorina Nowil", dedicada aos cegos. A escola Santa Casa de Misericórdia de São Paulo passa a prestar atendimento a pessoas com deficiência física. Em 1931-1932, outro nível especial nacional foi estabelecido na Escola Mista do Pavilhão Fernandinho, funcionando como modelo de ensino hospitalar. Em 1982 passaram a funcionar no Hospital Central da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, com as dez turmas especiais do estado legalmente classificadas como escolas segregadas no 13º distrito escolar da capital. (MAZZOTTA, 2003).

Posteriormente, o Instituto Benjamin Constant – IBC para Cegos foi fundado em 1942 e 1949 no Rio de Janeiro. Publicaram uma revista brasileira para cegos, que passou a ser distribuída gratuitamente aos cegos que a solicitassem, com o Decreto nº 504, de 17 de setembro de 1949. (MAZZOTTA, 2003).

De 1951 a 1953, passou a ministrar cursos de formação de professores em colaboração com o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - INEP, oferecidos pela Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. (MAZZOTTA, 2003).

Em 1957, por meio de acordos com o governo, foram mobilizados recursos para a implantação de uma biblioteca. Desde então até 1993, foram realizados workshops em todo o país para apoiar a educação de crianças com deficiência mental. (MAZZOTTA, 2003).

Em 1973, por ordem do Presidente da Médici, a APAE (Associação de Pais e Amigos Especiais) do Rio de Janeiro adquiriu um terreno na Rua Prefeito Olímpio de Melo, onde ficava o centro de formação profissional. (MAZZOTTA, 2003).

Em 1975, o Decreto nº Resolução 550 foi assinado pelo Ministro Ney Braga em 29 de outubro, instituindo o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial), abrangendo todas as deficiências.

No final de 1991, dois diretores deixaram o DESE e a Coordenação de Educação Especial foi encerrada. A partir daí, todas as atribuições específicas da Educação Especial passaram a ser assumidas pela nova diretora do DESE, Maria Luiza Mendonça Araújo, psicóloga e professora aposentada da Universidade de Brasília. (MAZZOTTA, 2003).

No final de 1992, após a queda do presidente Fernando Collor de Mello, o Ministério passou por outra reorganização e na nova estrutura reapareceu a Secretaria de Educação Especial - SEJUSP, como órgão instrumental do Ministério da Educação e Desportos. Para liderá-lo, foi nomeada Rosita Edler Carvalho, psicóloga e professora universitária aposentada que já havia atuado como perita no CENESP do Rio de

Janeiro e na SESPE, além da CORDE (Coordenação Nacional de Inclusão de Pessoas com Deficiência), em Brasília. . (MAZZOTTA, 2003).

No Brasil, no que diz respeito ao atendimento às pessoas com deficiência, a Constituição nacional e diversos documentos oficiais buscam organizar instituições especiais administradas pelos próprios pais. Este é um aspecto importante que deve ser organizado com grupos de pais para fortalecer a relação desejada entre a sociedade civil e as iniciativas governamentais. (MAZZOTTA, 2003).

Por outro lado, recentemente tem havido um movimento de apoio às pessoas com deficiência. Onde apresentaram as suas necessidades às agências governamentais em todos os níveis da organização social e, pouco a pouco, estão a trabalhar para garantir que, de uma forma ou de outra, as suas necessidades sejam atendidas de forma eficaz.

Reconhecer a importância da participação das pessoas com deficiência no planeamento e implementação de serviços e instalações para elas é certamente imperativo numa sociedade que caminha para a democracia. O poder dos grupos opressores organizados por pessoas com deficiência foi demonstrado na elaboração de leis sobre vários aspectos da vida pública nos últimos dez anos no Brasil.

A maior conquista foi na Constituição Federal de 1988 e nas Constituições Estaduais desde então. Nesta constituição, através do Capítulo V: Educação Especial, as Secções 58, 59 e 60, bem como os Papéis e Princípios definem os direitos garantidos às pessoas com deficiência. (EDUCAÇÃO ESPECIAL EM GUIA DE EDUCAÇÃO E INSTALAÇÕES LEGAIS, 1997).

A Educação Especial no Brasil segue o que é definido pela Lei de Princípios e Bases – LDB, buscando sempre a melhor inclusão e atendimento aos alunos especiais.

3. CONCLUSÃO

O fato é que algumas instituições de ensino não possuem estruturas adequadas e, além disso, os profissionais da área da educação raramente estão preparados para enfrentar esse novo momento da educação brasileira. É preciso quebrar o paradigma e adquirir conhecimento sobre a prática de práticas pedagógicas adequadas que farão com que esta nova realidade possa ser realmente implementada. Os objetivos aqui apresentados são identificar as dificuldades encontradas em ambientes inclusivos nas escolas, apontar alguns dos paradigmas que precisam ser quebrados para a inclusão nas escolas e descobrir quais ações podem integrar as crianças com necessidades especiais no cotidiano escolar.

A tipologia utilizada neste trabalho é a autêntica prática de campo, e os instrumentos investigativos utilizados são visitas acadêmicas, pesquisa documental e entrevistas com questões fechadas e abertas. Através desta pesquisa, a importância da inclusão nas escolas para a sociedade pode ser identificada, avaliada e compreendida, Principalmente para quem tem necessidades especiais.

Esta pesquisa mostra também que a sociedade e mesmo as famílias de pessoas com necessidades especiais precisam aceitar e compreender que ser especial não significa ser incompetente, mas sim ser diferente e ter habilidades surpreendentes. Diz-se que a prática docente brasileira é baseada no interacionismo social, com forte ênfase no papel do professor. Muitas vezes, as orientações fornecidas aos professores, pelo menos as da prática real, parecem assumir que as crianças não podem aprender nada que não seja explicado e orientado pelo professor, com pouco reconhecimento ou preocupação com o que a criança aprende através do que é ensinado, principalmente por suas ações, independentemente de receberem ou não instruções para executar essas ações. Deve-se notar que um dos aspectos fundamentais de qualquer abordagem construtivista do construtivismo é a proposição de que toda aprendizagem e todo conhecimento são governados por processos tácitos e abstratos que superam processos explícitos e concretos (MAHONEY, 1998).

O interacionismo social, especialmente os conceitos de Vygotsky, tem sido tratado de maneira particular em alguns círculos educacionais. Alguns aspectos da obra de Vygotsky tiveram um impacto significativo no campo da educação. Entre eles, Van Der Veer e Valsiner (1995) enfatizaram três princípios ou pressupostos: O

primeiro é a proposição de Vygotsky de que os processos cognitivos são estruturados no ambiente histórico e cultural e são moldados pelas interações sociais com o indivíduo. é a proposição de Vygotsky. O segundo ponto está intimamente relacionado com o primeiro, nomeadamente que o desenvolvimento das crianças difere essencialmente consoante vão ou não à escola e, por último, o terceiro ponto que afeta a educação atual diz respeito ao papel decisivo da "zona de desenvolvimento proximal", ou seja, a zona de privilégio. O lugar onde os educadores atuam.

Com base no que um professor de educação física realmente faz, um aluno com deficiência pode obter resultados significativos porque atividades e jogos divertidos permitem que esse aluno compita e seja aceito pelos outros porque vivemos na diversidade e em um ambiente onde algumas pessoas são de raças diferentes? deficiências, sejam elas quais forem.

A atitude desse professor é trabalhar com qualquer criança e levar em consideração o seu bem-estar e também o de todos na sala de aula.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, R. E. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.
GLAT, R.; KADLEC V. **A criança e suas deficiências: métodos e técnicas de ação psicopedagógica**. Rio de Janeiro: Agir, 1995.

BAPTISTA, Cláudio Roberto e ROSA, Cleonice (orgs). **Reflexões e projetos de intervenção**. Porto Alegre. Artmed, 2002.
BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. Ed. Brasília: CORDE, 1997.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº9. 394/96, de 20 de dezembro de 1996.
BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais e Ética.** Brasília: MEC/SEF, 1997.
CAMARGO, Jr. Walter. **Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º milênio**. Secretaria Especial dos direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Brasília, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto**. Referencial Curricular para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
CAVALCANTE, Meire. **A escola que é de todas as crianças**. IN: Revista Nova Escola. São Paulo: Fundação Victor Civita, nº 183, 2005. P.40-45.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GUIMARÃES, Arthur. **Inclusão que funciona.** IN: Revista Nova Escola. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2003. P.43-47.
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ensinando a turma toda**, Revista pátio, ano v, nº 20, fevereiro/abril 2005.

MORIN, E. Os sete saberes necessários á prática educativa. São Paulo: Cortez, 1999.
KISHIMOTO, Tisuko Morchida. Jogos Infantis: o jogo, a criança e a educação. Petrópolis: RJ: Vozes, 1993.
Jogos infantis: O jogo a criança e a educação. 5 ed. Petrópolis,RJ:VOZES,1998.

WISE, Liz. Trabalhando com Hannah: **Uma criança especial em uma escola comum**. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MANTOAN. M.T.E. Inclusão de pessoas com deficiência: uma contribuição
para refletir sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.
4 versões. São Paulo: Cortez, 2003.

MENDES, E.G. Educação Inclusiva e Universidades Brasileiras. Disponível em
http://www.ines.org.br/paginas/revista/espaco18/Debate01.pdf. Acessado em 29 de maio de 2006.